



PROGRAMA DE GOVERNO - PSTU JUIZ DE FORA

Uma alternativa socialista para Juiz de Fora

Apresentação

Esse programa foi discutido em inúmeras reuniões com militantes do PSTU, simpatizantes, apoiadores e por integrantes no movimento sindical, estudantil e popular. É apenas um esboço das tarefas dos revolucionários.

As discussões não se esgotam nestas páginas, para o PSTU esse programa será implementado pelos trabalhadores da nossa cidade, organizados em Conselhos Populares.

O PSTU é um partido socialista que se propõe defender e organizar os trabalhadores na luta contra os ataques da burguesia, representada pelos governos Federal, Estadual e Municipal, e os ataques cotidianos sofridos pela classe nos seus locais de trabalho. Afirmamos que a construção deste programa na prática só será possível com apoio e a mobilização da classe trabalhadora e dos setores oprimidos da classe: os negros e negras, as mulheres, os LGBTQI+, os imigrantes, os povos originários.

A campanha do PSTU quer ser um ponto de apoio para as lutas e a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, dos bairros populares, da periferia.

Nós queremos apresentar propostas emergenciais e uma saída operária e socialista. Hoje, os donos das fábricas, dos bancos, das construtoras, dos grandes supermercados são os donos do poder. Nós queremos a cidade nas mãos dos trabalhadores e do povo pobre. Por isso, defendemos um governo socialista dos trabalhadores.

A cidade deve ser controlada por comitês ou conselhos populares organizados nos bairros, na periferia, nos locais de trabalho, na educação, na saúde. Que seja o povo a decidir sobre o que fazer com 100% do dinheiro do orçamento público e vigiar sua aplicação.

A Câmara deve se submeter aos Comitês Populares. Todo político deve ter mandato revogável, e nenhum político deve poder ganhar mais do que um operário ou uma professora.

A cada dois anos as elites dominantes empregam seus recursos em campanha para iludir os trabalhadores. Propagandeiam que o voto consciente é o instrumento maior de mudança da sociedade. O que vemos, no entanto, é que em todas as eleições repetem-se as mesmas promessas, e as mudanças prometidas, escondem-se atrás das denúncias de corrupção e favorecimento das empresas financiadoras das campanhas.

Diferente disto, nós dizemos, categoricamente, que a sociedade só será efetivamente modificada com a luta dos explorados, a mobilização dos trabalhadores. Sendo coerentes com isto, não aceitamos dinheiro de empresas e empresários, que impedem toda e qualquer independência de classe.

As eleições burguesas são apresentadas como um exercício civilizatório, onde a cidadania é exercida e existe igualdade entre as classes na escolha de seus representantes. Na prática, essa igualdade não é real, sendo apenas formal, ocultando a desigualdade econômica e social entre as classes. Existe produção abundante de

riqueza, mas essa riqueza é apropriada por poucos, e o poder público municipal, além de limitado pelos mecanismos fiscais, age em última instância como agente da burguesia local.

Um programa nacional necessário para mudanças profundas em Juiz de Fora

A situação só pode ser resolvida fora dos marcos do capitalismo. É preciso enfrentar o roubo causado pelo sistema de exploração. Defendemos substituir a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Arcabouço Fiscal pela Lei de Responsabilidade Social, taxar as fortunas, lucros e dividendos dos bilionários. Também propomos estatizar as 250 maiores empresas, começando pela reestatização das estatais privatizadas e serviços públicos.

Chega de privilégios! Acabar com a mamata dos gabinetes de vereadores e prefeitos!

No Brasil, enquanto os bilionários enriquecem, a maioria da população enfrenta dificuldades. Os políticos recebem salários muito superiores à média dos trabalhadores, além de regalias e benefícios. Defendemos que vereadores, prefeitos e seus secretários recebam um salário igual ao de um operário ou professor, no máximo o teto do INSS, e que decisões sejam tomadas de forma transparente, sem privilégios e negociatas.

Conselhos populares: democracia real e direta

Propomos a formação de conselhos populares, compostos por delegados eleitos com mandatos revogáveis, baseados em entidades operárias, populares e democráticas. Esses conselhos serão a base de um verdadeiro governo dos trabalhadores, permitindo a participação direta do povo nas decisões da administração e controlando o orçamento dos bairros, da cidade e do país. As instituições dos ricos funcionam contra nossos interesses, mas nossa organização e autodefesa podem mudar isso.

UMA JUIZ DE FORA E DUAS REALIDADES: A CIDADE DOS RICOS E POLÍTICOS DE CARREIRA E A CIDADE DO POVO

A cidade de Juiz de Fora foi, por décadas, governada por grupos políticos que se revezavam no poder. Em 2020 o PT ganhou as eleições e assumiu o poder político na cidade, porém com um programa que manteve a mesma política econômica: o favorecimento dos empresários em prejuízo do restante da população. Mudam-se as figuras, mantém-se a lógica do sistema, a manutenção dos privilégios da classe dominante.

Entra eleição, sai eleição, vemos sempre as mesmas propostas para resolver os principais problemas da cidade. No entanto, os problemas continuam porque os partidos que chegam ao poder são incapazes de apresentar propostas concretas para avançar na resolução dos problemas básicos, pois são ligados a grandes grupos nacionais e regionais (empreiteiras, latifundiários, banqueiros, empresários, e etc.), o que faz com que sempre tentem resolver os problemas com ações que não prejudiquem seus aliados.

Através de nossa candidatura estamos apresentando uma proposta, classista e socialista, baseada na concepção de que os ricos já são muito privilegiados e que os trabalhadores é que devem ocupar o poder. A cidade deve ser controlada por comitês ou conselhos populares organizados nos bairros, na periferia, nos locais de trabalho, na educação, na saúde. Que seja o povo a decidir sobre o que fazer com 100% do dinheiro

do orçamento público e vigiar sua aplicação.

A Câmara deve se submeter aos Comitês Populares. Todo político deve ter mandato revogável, e nenhum político deve ganhar mais do que um operário ou uma professora.

É impossível diminuir os problemas mais básicos da classe trabalhadora sem avançar sobre os lucros dos ricos. Impossível também é a mudança dessa sociedade por outro método que não a mobilização e as lutas dos trabalhadores.

Não queremos apenas o seu voto, mas você na luta para construirmos uma sociedade socialista, a verdadeira possibilidade de transformação da realidade de exploração e opressão capitalistas.

Queremos a cidade nas mãos dos trabalhadores e não de um punhado de burocratas, de políticos que buscam apenas seus propósitos pessoais e de empresários que buscam seu enriquecimento se apoderando do orçamento público e explorando a população.

O PSTU apresentará nessas eleições um programa classista, que responda às necessidades emergenciais dos trabalhadores e do povo pobre de Juiz de Fora, mas queremos ir além. Faremos um chamado à classe trabalhadora, colocando a necessidade da construção do socialismo.

Vamos apresentar um programa socialista e revolucionário que aponte não só as saídas emergenciais para o desemprego e fome trazidos pela crise, mas também a saída estratégica para nossa classe da construção da sociedade socialista.

Recusamos as políticas de conciliação de classe que não mudam estruturalmente a vida da classe trabalhadora em nosso país e as políticas que pregam pequenas reformas por dentro do capitalismo sem alterar seu mecanismo de empobrecimento da população.

O PSTU é um partido revolucionário e acredita na força da classe trabalhadora. Os trabalhadores são a maioria esmagadora da sociedade e, também, os produtores de toda riqueza. Por isso os trabalhadores, junto da juventude e dos movimentos sociais, são capazes de ter seus verdadeiros representantes de classe, não só isso, mas ser os agentes diretos, a cada luta, greve e mobilização, de uma transformação de sua realidade.

Nosso programa para os problemas mais sentidos da nossa classe.

Corrupção

A corrupção no Brasil e no mundo não é uma novidade. Todos os anos milhares de novos escândalos surgem, tomam conta dos jornais e se somam à lista dos problemas sociais mais marcantes.

Cansados de verem seu dinheiro ser roubado por sucessivos governos, os trabalhadores elegeram Lula/PT, porém se decepcionaram, pois o PT foi protagonista de vergonhosos escândalos de corrupção que levaram Lula à prisão. Essa decepção com o PT levou parte significativa dos trabalhadores a eleger em 2018, não só um presidente, mas toda uma família, envolvida em corrupção. Bolsonaro, deputado do baixo clero da câmara por décadas, conseguiu passar a imagem de um “não político que enfrentava o sistema e a corrupção.

Em Minas vimos um ex governador do PSDB (Eduardo Azeredo) ser preso e o maior mandatário do PSDB no estado, Aécio Neves, perder grande parte de seu capital político, ambos por envolvimento em corrupção.

Nossa cidade também viu um ex prefeito (Alberto Bejani) e um ex vereador presidente da câmara (Vicentão) serem presos por corrupção. Em todos esses casos, os envolvidos estão soltos e o dinheiro que roubaram não foi ressarcido à população.

Entender o problema da corrupção é o primeiro passo para combatê-la. Ela

acontece em todo mundo porque envolve todas as situações em que uma minoria explora uma maioria, sem nenhum controle. A burguesia e seus funcionários condecorados (os políticos tradicionais) utilizam seus cargos e as eleições para manter a dominação dos trabalhadores e explorados em geral, e para conseguir vantagens particulares. Por isso, nós do PSTU sempre falamos que não basta “se dizer honesto”, é preciso também ser independente dos grandes empresários. Não é à toa que nos escândalos de corrupção há sempre uma leva de grandes empresários por trás.

Para combater a corrupção propomos:

- Criação de conselhos populares de trabalhadores. Os mandatos dos prefeitos e vereadores devem estar submetidos a esses conselhos.
- Revogação de mandatos. Caso os candidatos eleitos não cumpram suas promessas, seus mandatos devem ser revogados.
- Redução dos salários e fim dos privilégios de prefeitos e secretários. Salário dos vereadores deve ser no valor do salário de uma professora ou um operário especializado. Isso evitaria que pessoas continuassem entrando para a vida política com o objetivo de se enriquecer.
- Criação de comissões populares em casos de suspeita de corrupção para investigação e julgamento das denúncias. Hoje os casos de corrupção estão a cargo dos próprios parlamentares. Deste modo, torna-se claro que o “corpo mole” feito pelos parlamentares não é por acaso. Estão todos envolvidos com as grandes empresas corruptoras. Não podemos ter confiança nas investigações feitas pelo Congresso Nacional, pela Assembléia Legislativa ou pela Câmara dos Vereadores.
- Fim da imunidade parlamentar em casos de suspeita de corrupção
- Prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores;
- Revogabilidade de todos os mandatos.

Transporte

O direito de ir e vir dos trabalhadores e da população mais pobre é um dos problemas mais sentidos em Juiz de Fora. É comum a população dos bairros saírem de suas casas mais cedo para trabalharem ou irem à escola porque andam quilômetros até chegarem ao local do trabalho ou de estudo. Isso porque o valor da passagem de ônibus consome parte significativa de seu salário que necessita para outros fins como pagamento de aluguel, taxas de água, luz e compra de alimentos.

As empresas que administram o sistema de transporte coletivo na cidade, organizadas em um consórcio que formam uma verdadeira “máfia do transporte” obtêm há décadas esse direito, através de um processo licitatório de concessão publica feito pela prefeitura. Ao vencerem estas licitações adquirem o direito “natural” de extrair lucro desta atividade essencial para a população trabalhadora. Impõem o valor da passagem, porque buscam se enriquecer através do lucro e aumentam abusivamente o preço das tarifas. Muitas dessas empresas financiam campanhas eleitorais de candidatos da cidade. Essa relação promiscua já resultou, inclusive, em prisão de um ex prefeito pego com a “boca na botija” recebendo propina de empresários de ônibus.

A crise no transporte coletivo em JF é grave e dura anos. A última licitação realizada em 2015, com uma grande propaganda oficial de que seria a solução para os eternos problemas vivenciados pelos usuários, não demorou a mostrar-se como de fato era: uma farsa. Não foi difícil perceber que a frota de ônibus que circula pela cidade não foi renovada, continua sucateada e insuficiente. Todos os dias vemos ônibus quebrados e até pegando fogo colocando em risco as vidas tanto dos trabalhadores rodoviários quanto dos usuários.

A licitação resultou em novo consórcio formado pelas mesmas três empresas que

já atuavam na cidade. No final de 2020 a população assistiu, e aplaudiu, uma greve dos trabalhadores rodoviários de uma das empresas do consórcio (Gil) que reivindicava direitos elementares como pagamento de salário e cesta básica, negados pela empresa.

Foram tantos os problemas e irregularidades que a PJF se viu forçada a intervir e repassou as linhas para outra empresa do consórcio (Tusmil), agora reduzida a duas empresas.

Porém os problemas continuaram e se avolumaram tanto quem em junho de 2022 a PJF se viu forçada mais uma vez a intervir e rompeu contrato de concessão com a Tusmil repassando suas linhas para a única empresa que sobrou do consórcio (Ansal), criando assim um monopólio privado de transporte coletivo em JF.

Diante das irregularidades das empresas a administração municipal do PT teve a oportunidade de alterar o sistema privado de transporte coletivo da cidade e torná-lo público trazendo para o poder público a responsabilidade de gerir o transporte coletivo. No entanto optou por mantê-lo privado, nas mãos de empresários.

Segundo estimativas, em Juiz de Fora, são aproximadamente seis milhões de passagens pagantes por mês. A gestão do PT divulgou no início de 2024 um estudo sobre o transporte coletivo na cidade realizado pela UFJF sob encomenda da PJF. Foram analisados e divulgados inúmeros dados, no entanto o dado mais importante que é o percentual do lucro recebido pelos empresários em cada tarifa não foi divulgado. O percentual de lucro nunca é citado no debate público sobre transporte em nossa cidade para preservar os empresários.

A atual prefeita manteve o valor da tarifa desde 2020, porém a um alto custo pois já repassou aos empresários, a título de compensação, mais de 150 milhões de reais, quantia que poderia estar sendo utilizada para melhoria no transporte se o mesmo fosse municipalizado. Os empresários embolsam o subsídio milionário e continuam oferecendo serviço de péssima qualidade. Além disso, as empresas, com argumento de modernização, estão substituindo trocadores por bilhetagem eletrônica causando desemprego no setor, sob as vistas da prefeitura que nada faz para defender os trabalhadores.

Ao final de 2023 a PJF instituiu a gratuidade da tarifa aos domingos e feriados nacionais. Isso aumentou bastante a quantidade de passageiros nesses dias, o que demonstra que parte dos trabalhadores se desloca menos de ônibus nos demais dias da semana por conta do preço da tarifa. O custo dessa gratuidade é da PJF, que subsidia as tarifas, desonerando os empresários.

Defendemos que o transporte coletivo seja público, portanto é necessário a municipalização do serviço, mas municipalizar e manter nas mãos de burocratas não evitará o perigo da corrupção e irregularidades. É necessário que o transporte esteja sob controle dos trabalhadores rodoviários e usuários organizados em Conselho Popular de Transporte.

Assim, seria possível diminuir o valor das passagens ao retirar a lógica do lucro deste serviço, combater a corrupção e prestar serviço de qualidade à população gerada pelos interesses em aumentar cada vez mais estes lucros.

Propomos:

- Municipalização do sistema de transporte público
- Empresa pública de transporte administrada e fiscalizada por um Conselho Popular de trabalhadores rodoviários e usuários
- Valorização dos profissionais do sistema de transporte com escala de trabalho reduzida, salário justo e condições dignas de trabalho;
- Tarifa social, rumo à tarifa zero, com passe livre para estudantes, desempregados, aposentados e outros setores da classe trabalhadora que necessitam

- Incentivo ao uso de bicicleta com a construção de ciclovias para deslocamento ao trabalho, escolas, universidades e para a prática de esporte e lazer
- Reativação do trem urbano de passageiros
- Construção de pontos de ônibus com bancos, iluminação e proteção do sol e da chuva

Educação

A educação pública, nas três esferas de poder, não corresponde uma prioridade na gestão dos governos, pelo contrário, a política econômica e também educacional aponta para outras perspectivas. O governo federal paga a dívida pública e os estados e municípios garantem o controle das contas públicas através da lei de responsabilidade fiscal. Portanto a maior parte da verba arrecadada com os altos impostos pagos pelos trabalhadores não retornam em benefício para a educação, sua finalidade principal é o pagamento dos juros da dívida pública aos banqueiros.

A aplicação do projeto neoliberal na economia nos governos de FHC, Lula (I, II, III), Dilma e Temer e no governo ultra liberal de Bolsonaro abriu as fronteiras do país ao capital internacional através da privatização de centenas de empresas públicas em todos os setores, como a siderurgia, mineração, telecomunicações, energético, agronegócio dentre outros e a ampliação sem precedentes da educação privada e de planos de saúde.

Quanto aos trabalhadores em educação, o projeto é precarização das relações de trabalho, baixos salários e retirada de direitos. O Piso Salarial Nacional não é cumprido em grande parte de estados e municípios.

A tripla jornada das professoras é uma triste realidade e o adoecimento diante dessas condições é enorme. Recentes pesquisas mostram que cada vez mais os profissionais da área da educação estão adoecendo: burnout, distúrbios mentais, doenças circulatórias, problemas de voz, coluna, dentre outros males que se aprofundam dadas as péssimas condições de trabalho, dupla e tripla jornada, a violência no interior das escolas, que coloca em risco a vida de trabalhadores e estudantes, e frustração com um trabalho sem perspectiva. O assédio moral é a prática mais comum utilizada pelos gestores para submeter os trabalhadores a estas condições insalubres de trabalho, com o agravante em se tratar de uma categoria majoritariamente feminina.

A crise econômica e a ascensão da extrema direita leva a burguesia, através de seus governos, a avançar sobre a educação pública e projetos de terceirização e militarização das escolas ganham força em vários estados. A reforma do Ensino Médio (NEM) proposta e aprovada no governo Temer e mantida pelo governo Lula, contrariando a reivindicação de revogação apresentada por todas as organizações de educação que representa a classe trabalhadora. O NEM precariza ainda mais a educação para a juventude trabalhadora e amplia o espaço para privatização e dicotomia entre educação pública e privada.

Toda esta realidade perversa mostra que há um processo de destruição da escola pública. Todo o processo de luta de décadas passadas em defesa da universalização da educação pública de qualidade e valorização dos trabalhadores em educação está sendo desmontado para dar lugar ao ensino privado.

Em Juiz de Fora, após sucessivos governos do PSDB e MDB, o PT assume a prefeitura com grande apoio e expectativa dos educadores. A prefeita retoma a carreira, cumpre os reajustes do Piso Nacional, faz concurso e nomeações. No entanto, o salário inicial ainda é abaixo do valor do Piso, não avança na melhoria das condições de trabalho, da estrutura física das escolas, da formação continuada e do projeto político pedagógico. Mantém a terceirização dos funcionários de escola e creches conveniadas.

Propomos:

- Investir 30% do total da arrecadação em educação.
- Descentralização da estrutura educacional, de forma a ampliar a gestão democrática, política e administrativa, fortalecimento dos conselhos escolares.
- Escolha do cargo de Secretário Municipal de Educação através de eleição feita pelos trabalhadores em educação.
- Posicionamento contrário a projetos de retrocesso educacional como os defendidos pelas bancadas fundamentalistas ao tentarem impor a proibição de uma educação que garanta a diversidade e pluralidade do ensino.
- Redução da carga horária para secretários escolares
- Nomeação de todos os concursados
- Incorporação dos funcionários ao quadro da escola. Não à terceirização
- Pagamento do Piso Salarial Nacional rumo ao piso do Dieese.
- Manutenção do plano de carreira do magistério municipal. Não à reforma da previdência e administrativa
- Reformas e construção de escolas e construção de quadras poliesportivas em todas as escolas.
- Equipar as escolas com bibliotecas, salas de multimeios, brinquedotecas e laboratórios de ciências
- Garantir acessibilidade nas escolas para alunos portadores de necessidades especiais
- Construção de creches. Fim dos convênios privados
- Tempo integral em todas as escolas
- Garantir o atendimento da EJA em todas as escolas onde houver demanda e estimular a verdadeira demanda.

Emprego

O desemprego sempre foi um flagelo do sistema capitalista. O exército permanente de reserva de mão de obra é um dos sustentáculos desse sistema para rebaixar o nível salarial e direitos, e manter a classe trabalhadora sob controle.

Os trabalhadores e o povo pobre de Juiz de Fora, assim como das demais cidades do país, sofrem todos os dias as consequências do desemprego. Muitos procuram emprego durante anos sem sucesso, e muitos do que estão trabalhando sofrem cotidianamente o medo de ficarem desempregados.

Os candidatos da burguesia prometem combater o desemprego dando incentivos fiscais às grandes empresas. Porém são essas mesmas grandes empresas que mantêm os trabalhadores em uma situação de trabalho precária e os demitem quando bem entendem.

Muitos empresários financiam campanhas eleitorais e isso não acontece à toa. Os empresários sabem que quando financiam a campanha de algum candidato, este o beneficiará depois de eleito. Os escândalos da Lava Jato comprovam isso.

Quem diz que vai governar para todos está mentindo. Não é possível governar para empresários e trabalhadores ao mesmo tempo. Ou se governa para os grandes empresários, ou se governa para a população pobre. Os pequenos empresários, justamente os que mais empregam, sofrem com a concorrência cada vez mais acirrada e com o abandono por parte dos governos que tem nos grandes empresários seus parceiros prioritários.

Não são os incentivos fiscais que trarão empregos para a cidade. Pelo contrário, o dinheiro público que é repassado aos grandes empresários poderá ser utilizado, num grande plano de obras públicas que garantam condições dignas de trabalho e estabilidade

no emprego. Os desempregados devem ficar isentos de qualquer tipo de imposto, bem como do pagamento da conta de água e luz. Não é justo que estas pessoas fiquem sem estes serviços por não ter como pagar.

No setor industrial, temos multinacionais na cidade que ganham mensalmente um lucro astronômico à custa dos trabalhadores. Defendemos que essas empresas diminuam imediatamente a carga horária dos trabalhadores, sem reduzir seus salários, possibilitando, desta forma, a contratação de mais funcionários.

A recente alta dos preços dos alimentos é uma expressão da crueldade da burguesia. Empresários do agronegócio, que recebem milhões em incentivos do governo, preferem exportar alimentos para aumentar seu lucro do que fornecer ao mercado interno, penalizando ainda mais os trabalhadores.

O funcionalismo público municipal vem sendo atacado a cada novo prefeito, a cada nova crise econômica. Arrocho salarial, retirada de direitos, terceirizações e condições cada vez mais precárias de trabalho.

O comércio é outro exemplo de super exploração. Os funcionários têm um salário base miserável, são obrigados a cumprir metas e têm uma carga horária cada vez maior, trabalhando inclusive aos domingos e feriados.

Propomos:

- Plano de obras públicas para a construção de escolas, creches, centros de cultura e lazer, praças, universidades públicas, hospitais, saneamento básico e outros equipamentos públicos
- Redução imediata da jornada de trabalho, sem banco de horas, sem redução de salários e de direitos
- Reposição automática do salário;
- Pelo fim das isenções fiscais às grandes empresas;
- Implementação do salário mínimo do Dieese. Como medida emergencial, um aumento de 100% do salário mínimo

Saúde

A situação da saúde no município de Juiz de Fora não é diferente do restante do país. A saúde tornou-se um negócio extremamente lucrativo com expansão e modernização dos serviços privados.

Como tudo no capitalismo a saúde é tratada como mercadoria. Sua privatização, em nosso país, vem sendo implementada há muitos anos. Foi acelerada brutalmente com os planos neoliberais adotados desde o governo Collor, mantidos por FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. A municipalização da saúde faz parte desta estratégia, visto que a responsabilidade pela gestão passa às mãos das prefeituras e as verbas correspondentes são cortadas para garantir o superávit das contas governamentais.

Ao mesmo tempo, a pandemia demonstrou com uma clareza indiscutível que a existência do SUS em nosso país foi fundamental para o atendimento dos doentes e salvamento de milhares de vidas, apesar do seu desmonte para beneficiar o setor e privado e da desvalorização dos trabalhadores da saúde.

Em Juiz de Fora, ao percorrermos as instituições de saúde pública, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), o Hospital Pronto Socorro (HPS), as Regionais e UPAS, percebemos a precariedade da situação que a saúde pública municipal vive. Horas de espera na emergência, dias para marcar uma consulta, e quando marcada, meses para ser atendido, meses para fazer um exame e cirurgias podem demorar anos. Em situações de emergência, ou a pessoa morre a espera de um atendimento decente, ou se endivida durante anos, refém de um sistema que privilegia os hospitais privados.

As UPAS estão terceirizadas com gestão entregue para uma grande rede de

hospital privado com trabalhadores precarizados. Na pandemia assistimos a demissão de médicos por denunciarem falta de EPIs.

Para os funcionários, a situação não é diferente. Ganham pouco e trabalham muito. Os trabalhadores da saúde, desde os auxiliares de enfermagem até os médicos, têm que trabalhar em vários empregos para se manter. O Piso Salarial da Enfermagem não é cumprido.

É preciso dar um basta nesta situação. O objetivo deve ser uma saúde pública, gratuita em todos os níveis e de qualidade. Para isso é necessário ampliar consideravelmente o orçamento para saúde, aplicando a lei de responsabilidade social.

Propomos:

- Formação de um Conselho Popular de Saúde, composto por sindicatos dos trabalhadores e associações populares dos usuários, que controlem as verbas e investimentos necessários e fiscalizem a qualidade do atendimento.
- Sistema Único de Saúde completamente estatal e gratuito
- Ampliação das verbas para a saúde pública. Não a lei de responsabilidade fiscal.
- Gestão pública das UPAS, sob controle dos trabalhadores
- Contratação imediata de profissionais de saúde por concurso público;
- Modelo de saúde integrada, desde o atendimento preventivo até o hospitalar;
- Ampliação do Programa de Saúde da Família, com foco na atenção básica e preventiva, incluindo equipes especializadas no atendimento à terceira idade
- Construção de novos postos de saúde e reformas dos já existentes.
- Funcionamento 24 horas das UBSs;
- Valorização dos trabalhadores da saúde. Pagamento do Piso Salarial Nacional
- Redução da carga horária para 30h semanais sem redução salarial
- Ampliação da política de saúde para os idosos. Criação de áreas de lazer, oportunidades para exercícios físicos e acompanhamento e monitoramento da saúde dos idosos.
- Construção do Hospital Público Municipal em parceria com os cursos de Medicina da UFJF, com atendimento gratuito e de qualidade para a população.
- Imediata estruturação permanente do Plantão Pediátrico
- Pagamento do piso nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE).
- Aplicação integral do Piso Salarial da Enfermagem
- Carga horária de 30h semanais para todos os profissionais de saúde.
- Política de saúde para as mulheres negras e comunidade LGBTIs que abarque suas especificidades.
- Luta por um SUS 100% público, gratuito e de qualidade.
- Política de drogas com a legalização e descriminalização, garantindo campanhas de saúde pública e o atendimento estatal de saúde aos usuários.
- Garantir as visitas domiciliares a pacientes acamados e idosos. Ampliação dos CAPS, com funcionamento 24 horas, e do Núcleo de Saúde Mental para melhoria na assistência à saúde mental da população;
- Criação do Consultório na Rua para atendimento em saúde à população em situação de rua.

Cidade

A cidade de Juiz de Fora, como todas as outras de grande porte, é negada aos trabalhadores. Nos últimos anos Juiz de Fora passou por profundas transformações do seu espaço urbano, porém não houve mudanças positivas para a população mais pobre.

Temos, por um lado, adensamento urbano com alto índice de ocupação das áreas centrais e, por outro lado, a população mais pobre sendo empurrada para as periferias.

Enquanto no Centro milhares de imóveis ficam fechados para especulação imobiliária, a população nas periferias sofre com a falta de serviços básicos como água, esgoto, eletricidade, transporte, postos de saúde, segurança e áreas de lazer e cultura.

A alta ocupação do solo na parte central da cidade leva a problemas de circulação de pessoas nas calçadas. Nas vias de circulação de veículos a lentidão e o engarrafamento são comuns. Além da saturação do Centro, existe desvalorização do transporte coletivo: poucas linhas, atrasos e superlotação.

Uma consequência dos problemas urbanos é o abastecimento de água e a coleta de esgoto e lixo. Estes serviços são essenciais, mas parte da população mais pobre tem esse direito precarizado, uma vez que a prefeitura prioriza as demandas dos bairros nobres.

Estes problemas são provocados pela subordinação da prefeitura às empresas de construção civil da cidade e pela especulação imobiliária.

Outro problema dos trabalhadores mais pobres é o alto valor pago nas contas residenciais. A alta dos preços dos alimentos e o valor dos impostos levam a precarização maior dos trabalhadores, que buscam garantir renda em subempregos como o de camelôs. Porém, a prefeitura não atende as necessidades desses trabalhadores. É rotina em Juiz de Fora perseguir os camelôs e retirar as suas bancas. A retirada das barracas do centro, de forma totalmente autoritária e a transferência para a praça do Riachuelo foi um desastre e boa parte dos camelôs perderam sua fonte de renda.

Propomos:

- Desapropriação dos imóveis fechados para fins de especulação imobiliária e distribuição para os trabalhadores sem teto

Medidas para superar o déficit habitacional:

- Desapropriação, sem indenização, de imóveis vagos pertencentes a grandes empresários que não representam complemento de renda da população trabalhadora empobrecida.
- Readequação desses imóveis para uso habitacional e regularização de todas as ocupações urbanas.
- Implementação de IPTU progressivo, isentando a população com renda de até 5 salários-mínimos.
- Criação de uma empresa municipal de obras públicas para construção ou readequação de moradias e imóveis existentes, em parceria com universidades públicas, gerando emprego e renda para a população sob controle dos trabalhadores.
- Controle dos preços dos aluguéis.
- Universalização do saneamento básico.
- Realização de uma auditoria nas contas do CESAMA para acabar com o uso político da autarquia e colocá-la sob o controle dos conselhos populares deliberativos.
- Investir na modernização das redes de fornecimento e tratamento de esgoto.
- Tarifa Social Progressiva: implementar uma tarifa social progressiva, onde quem tem mais paga mais, e os desempregados e mais pobres não pagam.
- Legalização de todos os comerciantes ambulantes. Fim da perseguição aos camelôs.

- Isenção de imposto para os desempregados e a redução imediata de todos os gastos com conta de água, luz e IPTU dos bairros mais pobres e das pequenas propriedades.
- IPTU progressivo que cobre mais das grandes propriedades, principalmente das áreas nobres da cidade.
- Moradia de qualidade para toda a população através de um plano de obras de moradias populares feita por uma empresa pública de construção civil.
- Municipalização do transporte coletivo e melhoria na qualidade para desestimular o uso de transporte individual.
- Contra a venda dos terrenos da prefeitura, que estes terrenos sirvam a população mais carente com a construção de UBS, escolas e áreas de lazer e cultura.
- Pela expropriação dos terrenos utilizados como especulação imobiliária.
- Elaboração pelos trabalhadores através dos Conselhos Populares de um planejamento urbano que contemple as necessidades da classe trabalhadora.

Meio Ambiente

A ação humana modifica o meio ambiente para o bem e para o mal. Podemos sentir diretamente os efeitos do capitalismo decadente sobre os homens e mulheres a nossa volta. As grandes catástrofes como as do Rio Grande do Sul, as queimadas na Amazônia e no Pantanal, as ondas de calor e a seca são consequências da destruição do meio ambiente pelo modo de produção capitalista. Nunca em sua história o capitalismo modificou de forma tão agressiva e destrutiva a natureza como agora.

Os efeitos são óbvios e em variados níveis: desde o aquecimento do globo terrestre, com a emissão de gás dióxido de carbono (CO₂), até a poluição dos córregos de Juiz de Fora e a falta de áreas verdes nas ruas da cidade. A pandemia do coronavírus é consequência dessa destruição. Muitas outras pandemias virão, mais agressivas e mais mortais.

No entanto os efeitos do aquecimento, assim como a destruição ambiental, devem ser entendidos através da luta de classes. Os ricos são os responsáveis pela degradação, mas são os pobres que pagam a conta. O que move o sistema capitalista é o lucro. Os capitalistas não perderão seu lucro para investirem em equipamentos menos poluentes, os grandes proprietários não deixarão de destruir as matas (com o objetivo de criar áreas de plantação de monocultura) para criar áreas de preservação ambiental.

Enquanto os ricos poluem, os pobres são os mais atingidos pela poluição. Os trabalhadores vivem na periferia perto dos rios e córregos sujos e nas encostas de morro sem vegetação, propícia ao desmoronamento em época de chuva.

Os problemas ambientais se tornam problemas de saúde e não só por causa de pandemias. A poluição do ar, da água, os esgotos a céu aberto, o calor excessivo, a proliferação de insetos como o *Aedes Aegypti*, febre amarela etc, provocam muitas doenças.

Os grandes produtores de poluentes devem pagar pela destruição. Os grandes proprietários de terras e os empresários industriais devem ser taxados pela emissão de poluentes e suas empresas fechadas até que o município volte a colocá-las a funcionar de forma não degradante.

Para resolver definitivamente os problemas ambientais, somente uma sociedade socialista dirigida pelos trabalhadores, com controle da produção de forma planejada para por fim ao uso irracional dos recursos do planeta.

Juiz de Fora tem um grande manancial de água potável e áreas de matas nativas, que estão sendo destruídas pela especulação imobiliária e empresarial desenfreada, sem planejamento, sem fiscalização e a serviço de interesses de um pequeno grupo de empresários.

Em pleno século XXI, o tratamento de esgoto em JF abrange apenas cerca de 30% dos resíduos. A cidade possui apenas três ETES.

A promessa de despoluição do Rio Paraibuna permeia todas as eleições e nunca sai do papel. Em 2018 foi iniciada uma obra que, em 2019, já havia consumido 79 milhões de reais e está parada. A atual administração do PT não avançou na despoluição do rio.

Propomos:

- Criar conselhos populares de trabalhadores para fiscalização rígida das ações que atacam o meio ambiente. A Prefeitura não pode ceder às pressões das grandes construtoras privadas da construção civil.
- Ampliar áreas de proteção ambiental e de proteção dos mananciais.
- Elaborar um novo plano de ocupação urbana, com participação efetiva da população através dos conselhos populares. Audiências públicas são um farsa.
- Punir os grandes produtores industriais e rurais que não têm política de diminuição e tratamento de resíduos;
- Expropriar as indústrias que poluam o meio ambiente, colocando-as sob controle da prefeitura.
- Fortalecer e colocar a CESAMA sob controle e a serviço dos trabalhadores, profissionais concursados e tarifas com critérios sociais progressivos (quem tem mais, paga mais!).
- Implementação de Aterro Sanitário e Estação de Tratamento de Esgoto (ETES)
- Implementar a coleta seletiva na cidade valorizando os profissionais da limpeza urbana e dando condições de trabalho dignas e seguras.
- Despoluição e revitalização do Rio Paraibuna e dos córregos e mananciais.

Cultura

A burguesia dá o caráter de mercadoria para a arte e busca, permanentemente, esvaziar e manipular seu conteúdo. Tira dela tudo o que não se enquadra nas leis de mercado para sedimentar seus valores básicos: a propriedade privada, o individualismo (a livre iniciativa), os privilégios, a família como célula mater do capitalismo, a degradação do trabalho manual.

Esse caráter da arte, longe de garantir a valorização do artista, o degrada e faz dele um vil serviçal do poder, do dinheiro e do prestígio.

A situação da cultura e das artes é agravada com o processo de recolonização que impõe padrões culturais brancos e burgueses, moldados em Hollywood, e martelados na consciência das massas pelos grandes meios de comunicação, como a Rede Globo.

Isso traz a imposição de padrões de conduta, de descaracterização do que há de mais autêntico numa cultura libertária, de vanguarda ou popular. Há um inegável aprofundamento da indústria cultural, com o fortalecimento das multinacionais da cultura, o aumento do desemprego entre artistas e o predomínio de um tipo de arte a serviço da disseminação dos valores burgueses. Com a ascensão da extrema direita iniciou-se uma campanha de demonização e de censura da arte, sobretudo a arte popular. Nosso programa se volta contra a mercantilização da arte pela burguesia, e contra qualquer tipo de privação sobre a atividade criativa.

Na compreensão das debilidades culturais presentes no município de Juiz de Fora, destacam-se dois princípios básicos. A dificuldade de acesso da classe trabalhadora aos maiores espetáculos culturais de nossa cidade, e a inexistência de uma política que incentive a classe trabalhadora a expressar sua própria cultura que é rica e diversa, como é a população.

Entendemos a importância de desenvolver espetáculos com preços populares e gratuitos, subsidiados pelo município e oferecidos nas diversas regiões da cidade, além

do Centro. Pensar grandes festivais e divulgá-los apenas a uma pequena parcela da população no centro da cidade não agrega a maior parte das pessoas.

Consideramos ainda, a necessidade de se pensar um calendário municipal cultural construído pela população através da participação dos trabalhadores nos conselhos populares criados nos bairros.

A oferta de espaços como a Praça Céu da Zona Norte deve ser ampliada para todos os bairros. A maioria dos bairros de Juiz de fora não possui sequer uma pracinha e, em muitos bairros, as que existem estão abandonadas, degradadas, sem condições de uso pelos moradores.

Propomos:

- Criação de conselhos populares de cultura diversificados e um conselho municipal geral de cultura;
- Ampliar os programas de apoio a jovens escritores, cineastas e grupos artísticos de todas as modalidades.
- Construção de centros de cultura e lazer aos moldes da Praça Céu em todas as regiões da cidade
- Toda liberdade à arte e aos artistas.
- Facilitar as condições da produção artística.
- Democratização do acesso à arte e à cultura.
- Política de apoio a todas as formas de manifestação artística e cultural.
- Aumento dos recursos financeiros para a área cultural, que devem ser definidos e geridos pelos conselhos populares.
- Identificação das expressões e movimentos culturais na cidade, cadastramento desses movimentos, a fim de garantir a construção de equipamentos culturais necessários para garantir todas as condições de trabalho e o assalariamento dos profissionais com todas as garantias trabalhistas.
- Construção de centros de referência em defesa das manifestações culturais de tradição contra a gentrificação e mercantilização das tradições culturais;
- Ampliação e construção de centros culturais na cidade, com uma programação ampliada e diversa.
- Preservação e respeito aos artistas e artesãos de rua.
- Garantir que os programas de fomento à produção cultural priorizem a expressão popular negra, quilombola, periférica e de bairros populares.
- Desenvolver políticas culturais que priorizem os trabalhadores e a juventude com o objetivo de torná-los protagonistas de ações culturais no espaço da cidade, por meio da constituição de polos culturais nas regiões periféricas do município.

Esporte e lazer

O esporte e lazer, assim como a educação, são utilizados pelos candidatos das três esferas de poder como redentores da sociedade, isto é, como as grandes ferramentas que vão solucionar os problemas sociais, dissociados das questões políticas e econômicas. No entanto, a realidade é bem outra: falta de investimentos; focalização no esporte de alto nível; valorização dos princípios excludentes através da seleção de campeões; falseamento dos conflitos sociais através de slogans do esporte como promoção da igualdade; e a utilização do esporte como propaganda e promoção de políticos e governos.

O neoliberalismo utiliza-se do esporte para reproduzir a lógica de mercado onde quem tem poder aquisitivo faz, quem não tem é excluído, e no máximo assiste. Assim temos uma imensa massa que não tem acesso a vivências corporais importantes para sua qualidade de vida física e mental.

Os espaços públicos que podem ser os únicos promotores de práticas corporais como o esporte, por exemplo, estão desaparecendo. Os chamados "campinhos", "as várzeas" que sempre foram a forma democrática e popular de praticar o futebol, o esporte mais praticado pelo nosso povo, quase não existem mais. Dessa forma, a parte mais pobre da população, que não tem condições financeiras de se associarem a clubes particulares, está sendo desalojada dos poucos espaços que ainda sobraram.

Aqui em Juiz de Fora temos um caso exemplar: a chamada "curva do Lacet". Um importantíssimo espaço de lazer dos moradores daquela região foi entregue pela prefeitura aos empresários do Shopping Independência e hotéis, expulsando daquele espaço os "indesejáveis" frequentadores do campinho.

O esporte não pode ser entendido como fonte de lucro e de ganhos políticos. Deve haver investimento em esporte e lazer na base, como nos bairros e nas escolas. É fundamental oferecer condições para que jovens, adultos e idosos tenham acesso e acompanhamento com profissionais habilitados à prática de esportes nos bairros, comunidades e distritos. Nossa cidade sempre foi um celeiro de craques do futebol e de muitos atletas que se destacaram em outras modalidades, há um grande potencial.

Propomos:

- Criação de conselhos populares de trabalhadores nos bairros para elaboração das políticas de lazer para os moradores
- Expropriação da área do campo do Lacet e devolução para os moradores da região.
- Preservação das áreas públicas de lazer ainda existentes nos bairros e a criação de novas áreas através de desapropriações de terrenos que servem de especulação imobiliária.
- Construção de ginásios poliesportivos e clubes populares nos bairros com profissionais habilitados trabalhando e organizando a participação popular.
- Oferecimento à população de baixa renda de projetos das diversas áreas da cultura corporal de movimento, como as ginásticas, a capoeira e outras lutas, as danças, o esporte, o atletismo, etc.
- Criar condições de manutenção e ampliação das manifestações culturais que envolvem atividades corporais como o movimento hip hop, as danças folclóricas, os skatistas etc.
- Buscar junto aos clubes existentes na cidade garantir acesso gratuito aos trabalhadores jovens e adultos às práticas esportivas.
- Construção de quadras e melhorias das praças nos bairros, comunidades e distritos.
- Realização de campeonatos e copas.

Juventude

A burguesia reserva para a juventude seu tratamento mais hipócrita. Nos seus discursos os jovens são sempre "o futuro do país" e a "esperança". No entanto, a juventude é, na verdade, a maior vítima da barbárie capitalista: sem educação, sem emprego, sem direito ao lazer, ao esporte e a cultura. Os jovens ficam sem perspectiva, jogados na marginalidade viram presas fáceis do narcotráfico e da violência, em especial da violência policial.

Não é por acaso que a juventude é o setor que lidera as estatísticas de desemprego. É também entre os jovens que está grande parte das vítimas da violência, tanto dos grupos de extermínio quanto da polícia.

Aqueles jovens que conseguem emprego, em sua maioria, são vítimas da super exploração e de condições desumanas de trabalho. A falta de experiência e a própria condição de aprendiz são usados como pretexto para pagar baixíssimos salários, deixá-los sem vínculo empregatício e sem qualquer tipo de direito trabalhista. As condições de

trabalho, em geral, são péssimas e a jornada de trabalho superior a 40 horas semanais, o que os obriga a sair da escola.

A juventude se converte, dessa forma, em mão-de-obra baratíssima e fonte certa de lucro para os empresários. Mas, não só os jovens adolescentes são vítimas do capitalismo e da situação de miséria por ele produzida, a exploração de nossas crianças, através do trabalho infantil, hoje no Brasil, é também uma importante fonte de lucros dos donos do capital.

A exploração é brutal e as condições de trabalho são desumanas. O salário pago às crianças que trabalham é qualitativamente inferior ao salário de um adulto, além de não haver qualquer tipo de benefício ou encargos sociais. O resultado dessa exploração é que os jovens que estudam repetem o ano por não terem condições de conciliar o trabalho com a escola pela longa e árdua jornada de trabalho.

O capitalismo patrocina uma dupla violência sobre a juventude trabalhadora. Em primeiro lugar, a violência que representa a exclusão social, a falta de escolas e empregos. Em segundo lugar, a violência estatal patrocinada pelas polícias que reprimem, humilham e matam cotidianamente os jovens pobres e negros da periferia das grandes cidades.

A juventude é uma das maiores vítimas da violência e da repressão de toda ordem. Nas escolas secundárias e faculdades pagas, por exemplo, os jovens estudantes enfrentam no dia-a-dia a repressão da direção, quando tentam organizar um grêmio ou centro acadêmico para lutarem por seus direitos, ou mesmo em relação às suas roupas e comportamento.

A questão das drogas está ligada intimamente à repressão sofrida pelos jovens na mão da polícia ou dos grupos de extermínio. O homicídio é hoje a principal causa de morte entre os adolescentes entre 15 e 17 anos.

Propomos:

- Descriminalização do consumo das drogas, que é a melhor maneira de acabar com o submundo do tráfico.
- Fim da repressão às mobilizações e entidades da juventude. Pela livre organização dos estudantes dentro das escolas ou faculdades.
- Fim do trabalho infantil!
- Estatização sem indenização de todas as empresas e fazendas que utilizam o trabalho infantil, bem como o trabalho escravo de crianças e jovens ou aquelas que exploram o trabalho juvenil em longas jornadas de trabalho, sem carteira assinada e direitos sociais.
- Jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução de salário, para todo jovem em idade escolar!
- Emprego com carteira de trabalho assinada e estabilidade para todos os jovens! Nenhuma diferenciação salarial por idade, sexo ou cor.
- Estágios remunerados com salários tendo como referência o piso salarial dos profissionais da área. O estagiário deve ter os mesmos direitos sociais e trabalhistas que qualquer profissional de sua área.
- Estabilidade do estagiário e sua efetivação como contratado em um período máximo de 6 meses.
- Contra a repressão das lutas dos trabalhadores e da juventude. Dissolução dos batalhões de choque e da cavalaria que visam reprimir manifestações públicas.
- Fora a PM das escolas e Faculdades.

Opressões

O PSTU tem um compromisso histórico com as lutas contra a opressão. Defendemos todos os oprimidos e explorados. Na sociedade capitalista a opressão a negros e negras, às mulheres e homossexuais é uma triste realidade. Salários mais baixos, agressões e assédio moral fazem parte do cotidiano.

Esta dura realidade é imposta por uma sociedade dividida em classes sociais. Os patrões utilizam das diferenças entre os trabalhadores para aumentar a exploração.

Para nós do PSTU é fundamental existir uma união de todos os trabalhadores, independente de opção sexual, gênero ou raça. Só com a união de todos os explorados será possível transformar a sociedade.

As mulheres, por exemplo, representam 70% da população mais pobre no mundo. A opressão aumenta quando se tratam de mulheres negras; estas, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais chances de serem estupradas que as mulheres brancas.

O aborto mal feito e clandestino é responsável pela terceira causa de morte entre as mulheres. São mulheres que não tem condições (como as mulheres burguesas) de pagar por um aborto feito com segurança.

Os negros e negras representam mais da metade da população brasileira. Seus antepassados foram arrancados de suas terras na África e trazidos como escravos. Foram quase 400 anos de sofrimento, torturas e mortes. Mas foram também séculos de lutas, rebeliões e busca incessante pela liberdade.

Os lutadores negros conseguiram a sua liberdade formal, porém a luta real contra a exploração e a opressão continuam vivas e necessárias. Para nós do PSTU a verdadeira liberdade só será possível com a organização dos trabalhadores negros. Deve haver a luta contra o sistema de exploração para avançar no fim do preconceito e da discriminação.

Nós do PSTU defendemos e dizemos que a luta negra, da mulher e dos homossexuais é inseparável da luta contra o capitalismo. Não existe uma unidade entre oprimidos trabalhadores e setores da burguesia. Existe uma profunda necessidade de integração entre as lutas de setores oprimidos em uma perspectiva de classe. São os trabalhadores que podem apontar uma solução socialista para todas as formas de opressão.

Em Juiz de Fora existe uma lei municipal que criminaliza aLGBTfobia, porém, como não tem uma lei nacional, o preconceito, as agressões, os assassinatos assolam nossa cidade como em todo o país.

Propomos:

- Criar conselhos populares da população LGBT, negra, mulheres, imigrantes e povos originários para lutar, em âmbito municipal, pela criminalização da LGBTfobia em todo o país e para construir políticas públicas de atendimento a essas populações. Defender os direitos de todos os oprimidos e explorados e pelo fim das discriminações.
- Construção e ampliação das creches públicas.
- Legalizar o aborto com atendimento médico na rede do SUS.
- Ampliar as cotas para negros na universidade e no serviço público.
- Defender o direito à união civil de casais do mesmo sexo, com amplos direitos de reconhecimento, e contra os ataques dos conservadores.
- Licença Maternidade de 6 meses e como direito, rumo a 1 ano;
- Licença Paternidade de 40 dias.
- Criar empregos na cidade que levem em conta as desigualdades oriundas das opressões, junto com a implementação real da legislação que equipara salários, levando em conta a disparidade salarial entre negros e brancos, entre homens e mulheres, imigrantes, povos originários e a população LGBTI+.

- Garantir a construção de lavanderias e restaurantes públicos para que o trabalho doméstico seja garantido pela cidade e não apenas pelas mulheres, já que a grande maioria do trabalho doméstico recai sobre elas.
- Implementar políticas públicas reais de combate à violência contra a mulher. Aplicar e ampliar a Lei Maria da Penha, com mais construções de casas-abrigo, delegacias especializadas em violência contra a mulher funcionando todos os dias por 24h, inclusive nos finais de semana e feriados; Centros Integrados de Atendimento à Mulher para atendimento social, psicológico, médico e jurídico às vítimas de violência.
- Criar centros especializados de saúde e assistência social voltados à população LGBT, com atendimento psicossocial, acompanhamento médico e terapias hormonais às pessoas trans que assim o desejarem. Construção de casas de apoio a LGBTs desempregadas e vivendo em situação de rua.
- Oferecer contraceptivos gratuitos nas Unidades Básicas de Saúde, como DIU, pílula anticoncepcional, pílula do dia seguinte e camisinhas, sem burocracia. Garantir o direito à ligadura de trompas realizada pelo SUS para qualquer mulher que deseje, independentemente da autorização do parceiro. Ampliar os dispositivos de saúde para a realização de abortos legais, sem constrangimento ou criminalização.
- Estimular a educação sexual nas escolas de forma laica, que auxilie mulheres e LGBTI+ a compreenderem seus corpos e suas sexualidades, combatendo o preconceito e a discriminação.
- Ampliar as casas abrigo para acolhimento e a política habitacional para garantir moradia à comunidade LGBTI+ vítima de violência.
- Expandir e aplicar a Lei do Racismo (Lei n.º 7.716/1989) que prevê em seu artigo 20 o crime de injúria em casos de ofensa homofóbica ou transfóbica.
- Incluir no projeto político pedagógico da secretaria municipal de educação a aplicação da lei 10639/2003 sobre ensino da história e cultura afro brasileira.
- Realizar campanhas educativas permanentes sobre as opressões, envolvendo as secretarias de assistência social, educação e saúde.
- Ampliação da atual Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica, da Polícia Militar, além da formação de policiais civis, militares e autoridades do judiciário para lidar com a demanda.

Segurança: garantir oportunidade, diminuir a desigualdade e democratizar para combater a violência

A classe trabalhadora e o povo pobre sofrem na pele com a violência que nos atinge em grande escala. O número cada vez maior de homicídios, tráfico de drogas e roubos é a consequência de um sistema econômico e social injusto e desigual. Para combatermos a violência, não adianta apenas irmos contra as consequências, mas, principalmente, precisamos combater suas causas. O povo precisa de trabalho, de salário digno, de acesso à saúde pública e educação de qualidade.

O poder repressivo da PM nos bairros periféricos e nas comunidades, a mando e com apoio dos governos, atua em grande escala contra a população negra. Não podemos aceitar que tamanha violência continue acontecendo. O Brasil vive um cenário permanente de guerra civil contra pobres, negros, indígenas, LGBTIs e periferias das grandes cidades. No campo, os trabalhadores rurais, sem terras, quilombolas, vêem suas terras serem invadidas, tomadas à força por capangas e ardendo nas chamas provocadas pelo agronegócio. Para manter esse estado permanente de terror, o Estado arma e forma braços armados como as PMs, e um verdadeiro exército de jagunços e seguranças privados, para oprimir e garantir seus interesses.

A guerra específica contra o tráfico de drogas já mostrou seu resultado: lucros dos grandes traficantes (que raramente são presos), prisões e mortes de jovens que não

encontraram melhores oportunidades em suas vidas e o aumento da corrupção nas instituições policiais. Não podemos mais aceitar a violência e a corrupção policial. O que temos atualmente, no geral, é o aprisionamento de pequenos ladrões, dos “aviões” do tráfico, etc.

A segurança pública no capitalismo está visivelmente na contramão de uma segurança da maioria da população. As secretarias de segurança e as polícias são braços armados do capital, dos banqueiros, latifundiários e do agronegócio. Esperar que esse Estado e suas instituições promovam uma reforma que vá humanizá-las não passa de uma cruel ilusão

Propomos:

Sabemos que as principais propostas para resolver os problemas da violência estão além da alçada do município, mas é necessária uma prefeitura que levante essas bandeiras e contribua para a luta:

- Contra a criminalização das lutas, da pobreza e da negritude! Lutar não é crime! Ser pobre não é crime! Ser negro não é crime!
- Pela legalização de todas as drogas e o controle da sua distribuição pelo Estado para acabar com o narcotráfico.
- Pela unificação das polícias (militar e civil) e que passe a ter uma estrutura interna democrática. Os postos mais altos, como delegados, promotores e juizes, devem ser eleitos pelos conselhos populares de segurança. Assim como os demais trabalhadores, os policiais devem ter direito à sindicalização e à greve.
- Pelo direito à autodefesa dos trabalhadores nas periferias, nos quilombos, nas aldeias, nas comunidades de pequenos e médios trabalhadores rurais. Estes devem formar suas guardas de defesa, com auxílio e entrega de armas pelo Estado. É preciso que o povo organizado tome para si a defesa de nossas vidas e de nossa terra.
- Pela prisão dos grandes ladrões, dos importantes políticos desmascarados pelo roubo dos cofres públicos e dos empresários e banqueiros envolvidos em escândalos de corrupção, ou seja, de todos os criminosos de “colarinho branco” que hoje são imunes às leis. Confisco dos bens adquiridos com o resultado dos roubos.
- Pela legalização das drogas. O governo deve regular a produção e venda de drogas, esclarecer a população sobre os malefícios que elas oferecem e garantir tratamento de saúde para os usuários.
- Fomentar a luta contra a Lei Antidrogas (11.343/2006) e a PEC 45/23 que não resolvem a questão da criminalização das drogas e dos usuários. Junto com isso, o Estado deve garantir campanhas de saúde pública e o atendimento estatal de saúde aos usuários.

Na cidade:

- Promoção de geração de empregos. Para haver segurança, primeiro tem que haver emprego e condições dignas de vida para todos e todas.
- Formação de grupos comunitários ou conselhos populares de segurança e auto defesa encarregados de controlar e trabalhar com os policiais nos bairros. A população, maior interessada no fim da violência, deve participar deste processo.
- Revitalizar as praças, os parques, os becos e as vielas com iluminação, acesso a wifi e promoção de atividades esportivas, culturais e de lazer, inclusive noturnas dando a estes espaços vida e fortalecimento de experiências de socialização entre as pessoas.
- Investir em programas de inteligência para prevenir casos de violência.

Venha para o PSTU

O PSTU não acredita em um "capitalismo humano" ou em transformações lentas nesse sistema até que se acabe com todas as mazelas que afligem a população, como o desemprego, a carestia e a fome. A estratégia é uma só: derrotar o capitalismo e colocar a classe operária no poder. Quem produz as riquezas desse país é quem deve governar. Isso só pode ser obra da própria classe operária através de sua própria mobilização.

Neste momento, de início de uma crise econômica mundial, alta dos alimentos no país, os trabalhadores começam a se organizar – seja em lutas na América Latina ou nas lutas aqui na nossa cidade, como a dos Correios e da construção civil. Queremos chamar você, que está conosco nas lutas, que leu e contribuiu com este programa, a se somar ao PSTU.

Somos um partido revolucionário, socialista, construído pelas lutas diretas dos trabalhadores e dos jovens. Estamos presentes nas greves, nas mobilizações de rua e nas lutas estudantis.

Nestas eleições nos orgulhamos de apresentar para os trabalhadores de Juiz de Fora uma candidatura socialista formada por mulheres trabalhadoras da educação pública e por uma mulher negra.

Venha com a gente!

Ajude na nossa campanha! Ajude a construir o PSTU!

